



# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo

PARECER Nº 193/2025



Projeto de Lei nº 142/2025

De autoria dos Vereadores Erivelton Martins Jayme da Silva e Regina da Silva Costa, o anexo Projeto de Lei ***Proíbe a nomeação, em cargo público municipal de pessoa condenada por crime resultante de preconceito de raça ou cor no âmbito de Conselheiro Lafaiete e dá outras providências.***

A proposta de lei se encontra devidamente acompanhada de justificativa, fls. 03 e 04.

É o relatório.

## **PARECER**

A proposta em estudo se nos afigura revestida da condição de legalidade no que concerne à competência (art. 12), e quanto à iniciativa, que é concorrente (art. 49, I), sendo os dispositivos relacionados pertencentes à Lei Orgânica do Município de Conselheiro Lafaiete.

A Câmara tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber.

Conforme se vê do Projeto de Lei que ora se analisa, de autoria dos Vereadores Regina da Silva Costa e Erivelton Martins Jayme da Silva, pretende ***proibir a nomeação, em cargo público municipal de pessoa condenada por crime resultante de preconceito de raça ou cor no âmbito de Conselheiro Lafaiete, com a finalidade de estabelecer uma barreira ética e jurídica à nomeação, para cargos públicos municipais, de pessoas condenadas por crimes de racismo, homofobia e transfobia, reafirmando o compromisso do poder público com os valores da igualdade, da dignidade humana e da moralidade administrativa, conforme consta da justificativa de fls. 03 e 04.***

Inicialmente, temos que o Município possui autonomia política, administrativa e financeira, conforme se depreende da interpretação sistemática dos arts. 18 e 30, II, da Constituição da República Federativa do Brasil. O aspecto político desta autonomia significa, em última análise, que possui o Município capacidade de constituição, estruturação e organização de seu Governo.





# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo



A propositura de lei em tela pretende estabelecer, no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Conselheiro Lafaiete, a proibição de acesso aos cargos públicos municipais de pessoa condenada por crimes de preconceito de raça ou de cor.

Dito isto, mais especificamente com relação à iniciativa do projeto de lei, vale registrar ser a mesma concorrente entre os poderes municipais. Nessa esteira, registramos que o STF, em sede de decisão monocrática no bojo do RE nº 1308883, entendeu constitucional lei de iniciativa parlamentar, do Município de Valinhos que vedava o acesso a cargos comissionados por pessoas condenadas nos delitos da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Segundo o Relator, Min. Edson Fachin, o tema em questão não se refere ao regime jurídico dos servidores, mas à regra geral de moralidade administrativa, com o objetivo de atender os princípios previstos na Constituição Federal (caput do artigo 37). Vejamos:

*"A jurisprudência da Corte é pacífica quanto à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor acerca de legislação que verse sobre provimento de cargos públicos. Porém, diferentemente do que assentado pelo acórdão impugnado, não é disso que trata a lei municipal nº 5.849/2019, do Município de Valinhos. Na verdade, ao vedar a nomeação de agentes públicos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do município, condenados nos termos da Lei federal nº 11.340/2006, a norma impugnada impôs regra geral de moralidade administrativa, visando dar concretude aos princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição Federal, cuja aplicação independem de lei em sentido estrito e não se submetem a uma interpretação restritiva. Destaco que quando do julgamento do RE 570.392, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Pleno, DJe 18.02.2015, Tema 29 da Repercussão Geral, o Tribunal assentou a tese de que não é privativa do Chefe do Poder Executivo a competência para a*

2





# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### Procuradoria do Legislativo

*iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na Administração Pública: leis com esse conteúdo normativo dão concretude aos princípios da moralidade e da impessoalidade do art. 37, caput, da Constituição da República, que, ademais, têm aplicabilidade imediata, ou seja, independente de lei." (STF. RE nº 1308883. Rel. Min. Edson Fachin. Pub: DJE nº 69, divulgado em 12/04/2021).*

Tal qual acontece com a vedação de nomeação de condenados nos termos da Lei Maria da Penha, entendemos ser perfeitamente possível a instituição da vedação de acesso aos cargos públicos municipais de pessoas condenadas com trânsito em julgado por crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, crimes cometidos contra idosos, crimes pertinentes ao racismo, contra a dignidade de grupos minoritários ou de maus tratos contra animais, e como no caso submetido à análise.

Em cotejo, vale frisar que, em atendimento ao postulado da presunção de inocência e à reabilitação penal, a propositura exige condenação criminal com trânsito em julgado e estabelece que a vedação de acesso irá perdurar até o devido cumprimento da pena.

Ante o exposto, a proposta se afigura revestida das condições de legalidade e constitucionalidade, devendo receber emendas de técnica legislativa.

Relativamente ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano Plenário.

### **CONCLUSÃO**

Além da Comissão de Legislação e Justiça, devem ser ouvidas, também, as Comissões de Serviços Públicos, Administração Municipal, Política Urbana e Rural; e de Economia, Finanças, Tributação e Orçamentos.

### **QUORUM**

Maioria simples dos Vereadores (art. 139, parágrafo único, do Regimento Interno).

2





# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo



## TURNOS DE VOTAÇÃO

O Projeto deverá ser submetido a dois turnos de discussão e votação (art. 223, do Regimento Interno).

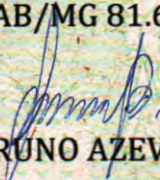
S.m.j., é o Parecer, sob censura.

CONSELHEIRO LAFAIETE, 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

  
GILCINÉA DA CONSOLAÇÃO TELES

- Procuradora do Legislativo -

- OAB/MG 81.681 -

  
LEONARDO BRUNO AZEVEDO OLIVEIRA

- Analista Jurídico -

/GCT/





# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo



## SUGESTÃO DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 142/2025

### EMENDA Nº 001 AO PROJETO DE LEI Nº 142/2025

A Ementa do Projeto de Lei nº 142/2025 passa a vigor com a seguinte redação:

***“PROÍBE A NOMEAÇÃO, EM CARGO PÚBLICO MUNICIPAL, DE PESSOA CONDENADA POR CRIME RESULTANTE DE PRECONCEITO DE RAÇA OU COR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”***

### EMENDA Nº 002 AO PROJETO DE LEI Nº 142/2025

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 142/2025 passa a vigor com a seguinte redação:

***“Art. 1º – Fica vedada a nomeação, no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Conselheiro Lafaiete, de pessoa que tiver sido condenada nas condições previstas na Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.***

***Parágrafo único – Nas mesmas vedações constantes do caput deste artigo estão incluídos, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal, as pessoas condenadas pelos crimes de homofobia e transfobia.”***

### EMENDA Nº 003 AO PROJETO DE LEI Nº 142/2025

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 142/2025 passa a vigor com a seguinte redação:

***“Art. 2º – Para que a condenação seja reconhecida para os fins do disposto no artigo 1º desta Lei, deverá ter seu trânsito em julgado certificado pelo escrivão judicial.”***

### EMENDA Nº 004 AO PROJETO DE LEI Nº 142/2025

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 142/2025 passa a vigor com a seguinte redação:

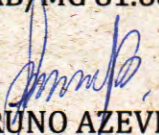
***“Art. 3º – A proibição de que trata o art. 1º desta Lei permanecerá até o Juízo da Execução declarar extinta a punibilidade.”***

CONSELHEIRO LAFAIETE, 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

  
GILCINÉA DA CONSOLAÇÃO TÉLES

– Procuradora do Legislativo –

– OAB/MG 81.681 –

  
LEONARDO BRUNO AZEVEDO OLIVEIRA

– Analista Jurídico –

/GCT/





# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### Comunicado nº 254/2025

*Comunicamos aos membros da Comissão de Legislação e Justiça, Vereadores Maria da Conceição Aparecida Toledo Soares de Almeida, Arlindo Rezende Fonseca e Simone do Carmo Silva, que os Projetos abaixo relacionados já se encontram à disposição da Comissão para parecer, e que o prazo regimental para o mesmo é de 10 (dez) dias, conforme dispõe o § 4º do art. 106 c/c art. 342 do Regimento Interno.*

*Comunicamos também que os Projetos relacionados já foram previamente analisados pela Procuradoria do Legislativo.*

Nº	Assunto	Autor
PROJETO DE LEI 141/2025	Estabelece diretrizes e mecanismos para a promoção da Igualdade Racial, o combate ao racismo e a valorização da diversidade étnico-cultural no âmbito do Município de Conselheiro Lafaiete.	Vereadores Regina da Silva Costa e Erivelton Martins Jayme da Silva
PROJETO DE LEI 142/2025	Proíbe a nomeação, em cargo público municipal de pessoa condenada por crime resultante de preconceito de raça ou cor no âmbito de Conselheiro Lafaiete e dá outras providências.	Vereadores Regina da Silva Costa e Erivelton Martins Jayme da Silva
PROJETO DE LEI 146/2025	Dispõe sobre a proibição do uso de som alto em bares, restaurantes, boates e estabelecimentos similares localizados num raio de até 200 (duzentos) metros de Igrejas e Templos Religiosos, durante a realização de cultos, missas e demais celebrações religiosas, e dá outras providências.	Vereador João Paulo Fernandes Resende

  
Gilcinéia da Consolação Teles  
Procuradora do Legislativo  
OAB/MG 81.681